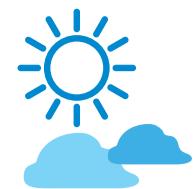


Demonstrações Financeiras 2016



Mensagem da Administração

O fim do ano de 2016 foi de grande mudança para a Companhia. A CTG adquiriu os ativos da Duke Energy International no Brasil e assumiu o controle indireto da Rio Paranapanema Energia S.A., novo nome da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.. A transação, com o *enterprise value* de US\$ 1,2 bilhão, amplia a capacidade instalada da CTG no Brasil para 8,27 GW. Com a aquisição dos ativos da Companhia, que são referência de mercado em operação, manutenção, sustentabilidade, saúde e segurança, a CTG complementa seu portfólio e torna-se uma empresa ainda mais forte no Brasil, país em que acredita e escolheu para investir com uma visão de longo prazo.

O ano de 2016 foi desafiador para os negócios, com instabilidade econômica e política que motivou a queda da demanda de energia, especialmente do setor industrial. O cenário do setor elétrico também refletiu aspectos regulatórios, com a discussão de temas cruciais, como a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas e a solução para o risco hidrológico – duas questões que serão encaminhadas em 2017.

Nesse cenário de desafios, continuamos a investir no sólido relacionamento com nossos públicos, na proteção dos ativos e no gerenciamento dos riscos, bem como na excelência operacional. A experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, investimento em melhorias nos sistemas operacionais e eficiente manutenção dos equipamentos proporcionaram resultados positivos. No ano, nossas usinas nos rios Paranapanema e Sapucaí-Mirim, operadas por meio de nossa subsidiária, geraram 14.616,3 GWh de energia, 22,8% acima do exercício anterior, com disponibilidade de 89,11% e baixa taxa de falha nas unidades geradoras.

No aspecto financeiro, atuamos com disciplina e gestão de custos. A receita líquida evoluiu 9,6%, para R\$ 1,3 bilhão, e as despesas operacionais ficaram 12,1% abaixo do ano anterior, efeito principalmente dos menores custos para compra de energia. Adicionalmente, destaca-se a geração de caixa, com EBITDA de R\$ 870,2 milhões, acréscimo de 34,4% sobre 2015. Destaque ainda para uma emissão de debêntures no valor de R\$ 160,0 milhões, na qual obtivemos as melhores taxas de mercado do período (CDI + 2%).

Em 2016, por conta da qualidade e transparéncia das informações contidas em nossas demonstrações contábeis, recebemos o Troféu Transparéncia 2016, na categoria Setor Elétrico, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

A fim de contribuir para o desempenho operacional e para melhorias em todo o setor elétrico, investimos R\$ 5,9 milhões em projetos de P&D em 2016, que abrangem as mais diversas áreas, como Operações, Regulatória, Meio Ambiente, Riscos, Finanças e Responsabilidade Social. No período, integramos o ranking das 100+ Inovadoras no Uso de TI no Brasil, elaborado pela IT Mídia.

Em gestão de pessoas, demos prosseguimento aos programas de desenvolvimento dos colaboradores. Como resultado, em 2016 a Pesquisa de Clima Organizacional apresentou índice de satisfação interna de 87%, dois pontos acima do registrado em 2015. Além disso, continuamos presentes, desta vez em nono lugar, entre as melhores empresas para se trabalhar no país na categoria Médias e Pequenas Multinacionais, de acordo com o *Instituto Great Place to Work® (GPTW) e revista Época*.

Adicionalmente, a segurança continuou a permear toda a nossa atuação. No ano, obtivemos taxa zero de acidentes entre nossos empregados próprios. Entretanto, infelizmente, ocorreram dois acidentes com terceiros, o que demonstra a necessidade de continuarmos agindo em prol da segurança de todos.

Mantivemos também investimentos e parcerias com as comunidades do entorno de nossos ativos de geração, em iniciativas diversas que vão do incentivo à cultura a projetos focados no desenvolvimento local e geração de renda. Pela primeira vez alcançamos, com essas iniciativas, 100% dos mais de 70 municípios em áreas de influência de nossas usinas. Fruto desse trabalho, recebemos um importante reconhecimento em 2016, como empresa de destaque do setor elétrico no *Guia Exame de Sustentabilidade*.

Em 2016, executamos uma série de atividades vinculadas às licenças ambientais. Como destaque, concluímos dois projetos de pesquisa e desenvolvimento do pilar de meio ambiente: (i) identificação de peixes para repovoamento, como apoio a programas de conservação e recuperação do estoque pesqueiro em nossas bacias hidrográficas; e (ii) monitoramento e controle de erosões marginais em reservatórios hidrelétricos, com o objetivo de criar mecanismos para o tratamento dessa questão.

Para 2017, temos o compromisso de dar continuidade à trajetória de solidez financeira e excelência operacional da Companhia, contando com o apoio dos acionistas, investidores e colaboradores e a parceria de clientes, fornecedores e comunidades. Esperamos continuar gerando valor para todos os nossos públicos de relacionamento, de maneira responsável e sustentável no longo prazo.

Li Yinsheng
Diretor-Presidente



CTG Brasil





RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.) tem a satisfação de apresentar este Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, que são acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este relatório da Rio Paranapanema Energia S.A., empresa do grupo China Three Gorges Corporation (CTG), foi elaborado com base nas orientações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)* para Relatório Integrado e cobre informações financeiras e não financeiras referentes ao período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016. Na estruturação do conteúdo foi seguido o conceito do IIRC para os seis capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e natural.

Os dados financeiros e operacionais são apresentados em base consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), sendo as demonstrações financeiras auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os temas não financeiros relacionam-se a aspectos materiais identificados em processo de consulta a públicos de relacionamento da Companhia.

A RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

Concessionária de oito usinas hidrelétricas instaladas ao longo do Rio Paranapanema e autorizada de duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) localizadas no Rio Sapucaí-Mirim, operadas por meio de sua subsidiária, a Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada comercializam energia para distribuidoras e clientes do mercado livre instalados em diferentes regiões do Brasil. Desde dezembro de 2016 faz parte da CTG, segunda maior geradora privada de energia renovável instalada no país.

As usinas da Rio Paranapanema Energia S.A. são operadas a partir de dois contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - para as unidades Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, e será encerrado em 2029; e para as usinas Canoas I e Canoas II, operadas em sistema

de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), com prazo até 2033.

Nesse sistema compartilhado, cabe à Rio Paranapanema Energia S.A. 49,7% da capacidade instalada, o que equivale ao volume de 53,2 megawatt médio (MWm).

Com prazo de encerramento em 2032, as PCHs, que são operadas por meio de sua

subsidiária Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., são operadas a partir de resoluções autorizativas emanadas pela ANEEL. No total, a capacidade instalada no final de 2016 era de 2.273,8 megawatt (MW).

No encerramento de 2016, a CTG concluiu a aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil. A transação representou a aquisição direta pela CTG de todas as 735.023 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia. A compra foi efetivada em 29 de dezembro de 2016, sendo que a alienação indireta do controle da Companhia foi autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa da Economia (CADE) em 4 de novembro de 2016.

Após a alienação indireta do controle para a CTG, em 26 de janeiro de 2017, a então Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. passou a ser denominada Rio Paranapanema Energia S.A.

Com a transação, correspondente ao *enterprise value* de US\$ 1,2 bilhão - a CTG Brasil

ampliou sua capacidade instalada para 8,27 GW, incluindo usinas sob gestão da Companhia e participações.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios da Companhia define seus objetivos e suas relações, bem como a forma com a qual gera valor para seus *stakeholders* no curto, médio e longo prazos.

CAPITAIS

Capital Natural: a água é o principal recurso para a geração de Energia. A Companhia investe na maior eficiência do uso desse recurso e no controle de sua qualidade.

Capital Humano: a Companhia percebe seus colaboradores como fundamentais para a continuidade dos negócios.

Capital Social: inclui o sólido relacionamento com comunidades do entorno de seus empreendimentos, bem como com seus fornecedores e demais partes interessadas no bom desempenho organizacional.

Capital Financeiro: os investimentos necessários para o fortalecimento e bom desempenho dos negócios são realizados com recursos financeiros próprios e de terceiros.

Capital Manufaturado: as usinas de geração são o principal capital construído da Companhia.

Capital Intelectual: inclui investimentos em pesquisa e desenvolvimento que contribuem para a formação de profissionais de institutos de pesquisa e crescimento dos profissionais envolvidos nos projetos, bem como para o desenvolvimento dos negócios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A fim de estabelecer uma relação de confiança e transparência com todos os seus públicos de interesse, a Rio Paranapanema Energia S.A. segue regras de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e a Lei das Sociedades por Ações. Também adota práticas que assegurem a conformidade de suas ações, incluindo a contratação de auditoria independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras, e estabelece claras atribuições para a alta administração.

As atividades da Administração e as demonstrações financeiras são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, de caráter não permanente, instalado sempre que requerido pelos acionistas, como previsto no Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração tem entre suas responsabilidades estabelecer as diretrizes do negócio e eleger os membros da Diretoria-Executiva, definir suas atribuições e fiscalizar seu desempenho. É constituído por até seis membros efetivos e um membro suplente, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Dois dos membros (um efetivo e seu respectivo suplente) são eleitos pelos empregados. O Conselho de Administração é liderado por seu presidente, que também cumula o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

Em 2016, era integrado por sete membros, 29% com idade entre 30 e 50 anos e 71% com mais de 50.

A Diretoria Executiva é responsável por administrar os negócios e executar as deliberações do Conselho de Administração. Cabe ao Diretor Presidente da Companhia delegar as funções e atribuições de cada Diretor Executivo. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Em dezembro de 2016, era composta por seis integrantes.

Troféu transparéncia - A Companhia recebeu o Troféu Transparéncia 2016, na categoria Setor Elétrico, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFA) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Serasa Experian. O prêmio avalia qualidade e grau das informações contidas nas suas demonstrações contábeis, a transparéncia das informações prestadas, a qualidade do relatório da administração integrado e a divulgação de aspectos relevantes não exigidos legalmente, mas importantes para o negócio.

COMPORTAMENTO ÉTICO

Para nortear o comportamento esperado dos colaboradores na condução dos negócios, a Rio Paranapanema Energia S.A. conta com o Código de Ética e Conduta nos Negócios da CTG. O documento traz orientações para os colaboradores, alinhadas às melhores

práticas de gestão, governança e transparéncia. Até dezembro de 2016, como parte do Grupo Duke Energy, a Companhia seguiu o Código de Ética nos Negócios da Duke Energy Corporation.

Com foco na construção de uma cultura de conformidade, a Companhia mantém o

Programa de Compliance atrelado a uma das metas do Programa de Bônus.

O acompanhamento se dá por meio de indicadores que levam em consideração os resultados das auditorias internas e externas, a verificação dos controles internos e a leitura de políticas.

GESTÃO DE RISCOS

Como forma de proteger seus ativos e garantir a sustentabilidade dos negócios, a Rio Paranapanema Energia S.A. analisa periodicamente os riscos que possam afetar negativamente as operações ou o desempenho financeiro, por meio do monitoramento de fatores macroeconômicos e setoriais.

Os riscos inerentes ao negócio da Rio Paranapanema Energia S.A. incluem o processo de revisão ordinária da garantia física previsto na legislação brasileira, a extinção dos contratos de concessão, a regulamentação ambiental, os riscos financeiros, comerciais e de contratos com fornecedores e operacionais. Estes e outros fatores de riscos estão descritos no Formulário de Referência, disponível na internet (www.parapananemaenergia.com.br).

Em 2012, a Companhia promoveu uma mudança na gestão de riscos e investiu em um projeto com recursos de P&D, para o desenvolvimento do *Enterprise Risk Management* (ERM), cujo objetivo foi aprimorar o monitoramento dos riscos para o horizonte de cinco anos e abrangência sobre todos os tipos de riscos inerentes ao negócio.

Nesse processo, são adotadas as diretrizes da norma ISO 31000:2009, assim como o padrão Coso (do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, ou Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway). Nas questões ambientais, conta com uma Política de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades.

Adicionalmente, conta com o apoio de grupos, como o de Gestão de Crises, além de manter Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEM), Plano de Resposta para Emergências (PRE) e Plano de Continuidade de Negócios (PCN).

RELACIONAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

A Companhia busca manter um relacionamento constante com seus públicos de interesse que impactam ou são influenciados por suas operações. Para mapeamento e engajamento desses *stakeholders*, a Rio Paranapanema Energia S.A. conta com um procedimento sistêmico incorporado ao Sistema de Gestão Integrado, certificado em 2014 pela Norma NBR 16001 - Responsabilidade Social, que avalia e classifica os públicos.

Faz parte do engajamento a participação dos públicos classificados como mais relevantes na identificação e validação dos temas materiais da Companhia. As partes interessadas são contatadas bianualmente, por meio de painéis, pesquisas com formulários eletrônicos ou pessoalmente. Além disso, demandas dos públicos são recebidas por meio do Canal Gestão da Responsabilidade Social, disponível no website da Empresa.

CAPITAL FINANCEIRO

Contexto de Mercado

O ano de 2016 foi marcado pelo agravamento da queda do nível de atividade econômica no Brasil. Com cenário econômico desafiador, escândalos de corrupção e com o processo de *impeachment* que afastou a presidente eleita da República, a retração do Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 3,6% (redução de 3,8% em 2015), com oito trimestres consecutivos de queda. A taxa de desemprego alcançou 12% em dezembro e foi a mais elevada desde 2012, início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Economia (IBGE).

A inflação no ano, entretanto, foi menor do que a meta de 6,5% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrando 6,29% - ante 10,67% em 2015. A taxa básica de juros encerrou o ano em 13,75%, redução de 0,5 ponto percentual sobre o final de 2015. Também diferentemente de 2015, o real contou com valorização de 16,5% em relação ao dólar, que encerrou o ano cotado a R\$ 3,259 (R\$ 3,905 no final do ano anterior).

Todo esse cenário refletiu-se no desempenho de diversos setores no país. O consumo no varejo registrou o segundo ano consecutivo de retração de vendas, com queda de 6,2% (4,3% em 2015), a produção industrial recuou 6,6% e o setor de serviços acumulou retração de 5,0%, segundo o IBGE.

O consumo de energia recuou 0,9% em 2016, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), reduzindo o ritmo de queda em comparação ao ano anterior (menos 2,1%). A maior retração, de 2,9%, foi registrada no setor industrial, seguida de comércio e serviços, com menos 2,5%. O consumo do segmento residencial cresceu 1,4%, após cair 0,7% no ano anterior. Por região, houve retração de 1,8% no Sudeste, de 1,0% no Centro-Oeste e de 0,3% no Sul e Nordeste, enquanto o Norte registrou alta de 2,0%.

O segmento de atuação da Companhia, de geração de energia, encerrou 2016 com capacidade total instalada de 150,4 GW no país, 6,8% acima do ano anterior, conforme o Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia.

INDICADORES DE REFERÊNCIA - EM 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015	2014	2013	2012
IGP-M	7,17%	10,54%	3,69%	5,51%	7,82%
IPCA	6,29%	10,67%	6,41%	5,91%	5,84%
Taxa de câmbio	3,2591	3,9048	2,6562	2,3426	2,0435
Δ% Taxa de câmbio	-16,54%	47,01%	13,39%	14,64%	8,94%
Selic	13,75%	14,25%	11,75%	10,00%	7,30%
CDI	14,00%	13,24%	10,81%	8,06%	8,40%

CENÁRIO REGULATÓRIO

Além dos fatores macroeconômicos, aspectos regulatórios marcaram o ano de 2016, entre eles a discussão setorial em torno do processo de revisão ordinária das garantias físicas e a correta alocação do risco hidrológico assumido pelos geradores hidráulicos integrantes do Mecanismo de Realocação da Energia (MRE). Nesse sentido, o GSF (do inglês *Generation Scaling Factor*), que consiste na relação entre o volume de energia efetivamente gerado pelas usinas hidrelétricas e a garantia física total do mecanismo, tem se tornado um grande fator de risco para as geradoras hidrelétricas.

Com a diversificação da matriz elétrica, o cenário de retração econômica e de hidrologia crítica - fatores que fogem do controle das companhias de geração hidrelétrica - fica prejudicada a geração de energia elétrica disponível no mecanismo criado para compartilhamento de risco hidrológico. Nesse cenário, observa-se uma falta de energia disponível para alocação entre os integrantes do mecanismo e, como consequência, uma necessidade maior de aquisição de energia a partir de outras fontes, tipicamente mais caras, para honrar seus respectivos contratos de venda.

Nesse sentido, em 2016, a exemplo dos demais anos, a Companhia participou ativamente das consultas públicas relacionadas ao tema promovidas tanto pela ANEEL como pelo Ministério de Minas e Energia, no sentido de contribuir tecnicamente com o aprimoramento do arcabouço regulatório setorial. Adicionalmente, a Companhia tem permanentemente traçado cenários para mitigar os impactos de possíveis riscos ao negócio.

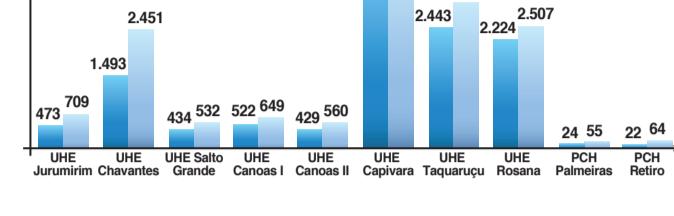
GERAÇÃO

Em 2016, as usinas da Companhia geraram 14.616,3 GWh de energia, 22,8% acima do exercício anterior (11.901,2 GWh), o equivalente a 2,7% da energia elétrica produzida no país no período. O volume foi 47,8% superior à energia assegurada/garantia física para o ano, fixada em 9.890,3 GWh, correspondendo a 1.125,9 MWm.

A condição hidrológica favorável nos reservatórios ao longo do Rio Paranapanema foi a principal razão do acréscimo na geração. Os reservatórios da Companhia encerraram 2016 com 58,7% de volume armazenado, um pouco inferior à média anual de 63% (34 anos de histórico).

No ano, a experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, política consistente de dispêndio de capital - que inclui melhorias nos sistemas operacionais - e eficiente manutenção dos equipamentos geraram resultados positivos. Entre eles, destaca-se o desempenho operacional das Usinas Hidrelétricas (UHEs), com disponibilidade de 89,11% e baixa taxa de falha nas unidades geradoras.

PRODUÇÃO DE ENERGIA (GWh)





continuação

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Despesas Operacionais

Houve redução de 12,1% nas despesas operacionais, que totalizaram R\$ 688,1 milhões em comparação a R\$ 782,8 milhões em 2015. O desempenho expressa especialmente os menores custos de energia comprada para revenda em decorrência de melhores condições hidrológicas ao longo do ano, além da redução do preço médio no mercado de curto prazo (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD). Esse custo registrou decréscimo 58,5%, o equivalente a R\$ 123,9 milhões no acumulado do ano.

Outros fatores que impactaram mais expressivamente as despesas operacionais foram:

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** aumento de R\$ 22,8 milhões (34,8%) especialmente devido ao reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 85,26/MWh para R\$ 93,35/MWh a partir de 1º de janeiro de 2016, e o aumento de 22,8% no volume de energia gerada no acumulado do ano.
- Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$ 13,3 milhões, ou mais 13,8%, decorrentes dos reajustes incidentes sobre estes encargos durante 2016.
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais:** redução de R\$ 2,1 milhões, ou menos 29,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência da reavaliação de algumas provisões relativas a contingências fiscais, somada ao levantamento parcial e provisório de depósito judicial relacionado a contingências ambientais.
- Outras despesas:** Incremento de R\$ 5,2 milhões em relação a 2015, representado, principalmente, por baixas de ativos relativas às modernizações e reformas na Usina de Chavantes.
- Créditos de liquidação duvidosa:** reversão de R\$ 2,5 milhões, em decorrência dos efeitos da liquidação do mercado de curto prazo, comparativamente a uma constituição de R\$ 156 mil no ano anterior.
- Não recuperabilidade de ativos:** ganho de R\$ 17,8 milhões em comparação à perda de R\$ 25,4 milhões em 2015, em razão da redução da taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*) de 12,8%, em 2015, para 12,5%, em 2016.

Despesas Operacionais (R\$ Mil)

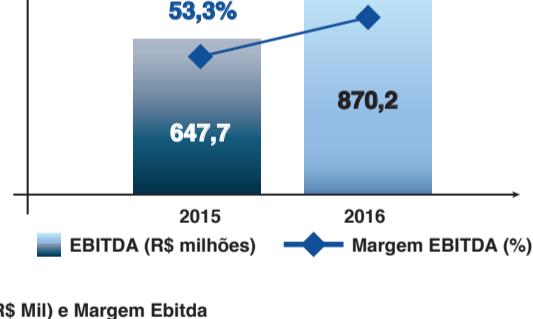
	2016	2015	Variação %
Depreciação e amortização	(224.978)	(214.300)	5,0
Encargos de uso da rede elétrica	(110.211)	(96.877)	13,8
Pessoal	(92.363)	(85.996)	7,4
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(88.371)	(65.533)	34,8
Energia comprada para revenda	(87.717)	(211.593)	-58,5
Serviços de terceiros	(54.438)	(45.822)	18,8
Outras	(16.565)	(11.316)	46,4
Seguros	(10.083)	(5.550)	81,7
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(5.666)	(5.075)	11,6
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(5.164)	(7.283)	-29,1
Material	(3.946)	(4.438)	-11,1
Aluguéis	(3.885)	(3.781)	2,8
(Constituição)/reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.520)	156	-
Ganho/(perda) pela não recuperabilidade de ativos	17.826	(25.402)	-
Total	(688.081)	(782.810)	-12,1

EBITDA

O Ebitda (Lajida - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda foi de R\$ 870,2 milhões em 2016, acréscimo de 34,4% em comparação ao ano anterior, principalmente em decorrência do aumento da receita operacional líquida combinado a menores despesas operacionais decorrentes do menor preço médio do PLD e a redução do volume de compra de energia devido à recuperação do cenário hidrológico. A margem Ebitda, de 65,3%, evoluiu 12 pontos percentuais em relação a 2015 (53,3%).

EBITDA e MARGEM EBITDA (R\$ milhões)



Ebitda (R\$ Mil) e Margem Ebitda

	2016	2015	% Variação
Lucro líquido do exercício	361.040	182.647	97,7%
Imposto de renda e contribuição social	136.765	72.391	88,9%
Resultado financeiro (líquido)	147.425	178.372	-17,3%
Depreciação e amortização	224.978	214.300	5,0%
Ebitda	870.208	647.710	34,4%
Margem Ebitda	65,3%	53,3%	12,0 pp

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$ 147,4 milhões, o que representou impacto positivo de 17,3% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorreu do aumento de 117,0% das receitas financeiras ocasionado, principalmente, pelo maior volume médio de recursos investidos no período, enquanto as despesas cresceram 7,4%, pouco acima da inflação registrada pelo IPCA em 2016 de 6,29%.

Resultado Financeiro (R\$ Mil)

	2016	2015	Variação %
Receitas	87.208	40.190	117,0
Despesas	(234.633)	(218.562)	7,4
Resultado financeiro líquido	(147.425)	(178.372)	-17,3

Endividamento

A dívida líquida consolidada reduziu 32,1% em 2016 na comparação com o ano anterior, principalmente pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa. No final de 2016, o endividamento líquido era de R\$ 675,2 milhões, ante R\$ 994,7 milhões no ano anterior. O caixa passou de R\$ 464,1 milhões para R\$ 852,6 milhões em decorrência da melhora no cenário hidrológico em comparação ao ano de 2015, o que resultou no acréscimo na geração de caixa da Companhia, além do efeito de R\$ 196,8 milhões decorrente da liminar do GSF concedida à Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE).

A dívida bruta cresceu 4,7%, para R\$ 1.527,7 milhões, dos quais 84,9% representados por debêntures e 15,1% relativos a empréstimos adquiridos em 2015. O saldo de debêntures em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.297,5 milhões, 3% superior aos R\$ 1.259,7 milhões do final de 2015. Essa variação é resultado principalmente do pagamento de principal das 3ª e 4ª emissões, somados ao pagamento de juros das 3ª, 4ª e 5ª emissões, compensados pela captação de recursos originados da 6ª emissão de debêntures ocorrida em setembro de 2016, no valor de R\$ 160,0 milhões.

Dívida Financeira Líquida (R\$ Mil)

	2016	2015	Variação
Empréstimo	230.228	199.125	15,6
Debêntures	1.297.523	1.259.658	3,0
Curto Prazo	285.383	207.974	37,2
Longo Prazo	1.012.140	1.051.684	-3,8
Caixa	(852.563)	(464.069)	83,7
Dívida líquida	675.188	994.714	-32,1

CAPITAL INTELECTUAL

Mais do que atender à regulamentação setorial que estabelece a obrigatoriedade de destinar 1% da receita operacional líquida a iniciativas inovadoras, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Companhia são focados em soluções que promovam avanços tecnológicos e melhoria de resultados operacionais, não só para o desenvolvimento do capital intelectual da Empresa, como para o setor de energia.

Em 2016, a Rio Paranapanema Energia S.A. investiu de R\$ 5,9 milhões em projetos de P&D que abrangem as mais diversas áreas da Companhia, como Operações, Regulatória, Meio Ambiente e Riscos, Finanças e Responsabilidade Social.

Informações sobre os projetos concluídos e em andamento, valores investidos, entidades e profissionais envolvidos, início e prazos de conclusão são descritas no Anuário de P&D 2016, disponível em www.parapananemaenergia.com.br.

Mais inovadora - Em 2016, a Companhia integrou o ranking das 100+ Inovadoras no Uso de Tecnologia da Informação no Brasil. Essa foi a 16ª edição do ranking, produzido pela IT Midia em parceria com a PwC, e o 14º reconhecimento da Rio Paranapanema Energia S.A., sendo 12 anos consecutivos, o que demonstra a relevância e preocupação com a melhoria contínua de suas atividades e a introdução de novas tecnologias aplicadas aos negócios.

CAPITAL HUMANO

A gestão de pessoas é guiada por segurança, respeito, comunicação, inclusão e trabalho em equipe. Dessa forma, as ações da Companhia são pautadas em promover o desenvolvimento dos colaboradores, um bom clima organizacional, saúde e segurança de todos e em oferecer remuneração e benefícios compatíveis com o mercado. No encerramento de 2016, contava com um total de 420 colaboradores, sendo 323 próprios, 12 estagiários, 6 jovens-aprendizes e 79 terceiros.

Em 2016, a Companhia continuou presente entre as melhores empresas para se trabalhar no país na categoria Médias e Pequenas Multinacionais, de acordo com ranking do Instituto Great Place to Work® (GPTW) e revista Época, alcançando a nona posição. Foram avaliados a percepção dos colaboradores e o clima organizacional, além das práticas de recursos humanos.

Além disso, a Pesquisa de Clima Organizacional apresentou índice de satisfação interna de 87%, dois pontos percentuais acima do registrado em 2015. Conduzida por consultoria externa, a pesquisa aponta a percepção dos empregados sobre as políticas e os processos de gestão da Companhia, podendo ser respondida de forma anônima.

Saúde e Segurança

Prioridade na condução dos negócios, a segurança continuou sendo o principal foco para a Companhia. Com a premissa de cultura de zero lesão, são trabalhados constantemente a prevenção e o aperfeiçoamento de processos de saúde, segurança e qualidade de vida de todos os colaboradores e terceiros.

No ano, a Companhia obteve taxa de zero acidente e fatalidade entre empregados próprios. Entretanto, ocorreram dois acidentes de terceiros com afastamento. Em relação à segurança dos prestadores de serviço, foi realizado um trabalho de conscientização da importância da precaução, especialmente em cenários adversos.

CAPITAL SOCIAL

Comprometida com a promoção da sustentabilidade do negócio e a geração de valor para os seus públicos, a Companhia busca manter um relacionamento transparente e respeitoso com as comunidades do entorno dos reservatórios. Executa e apoia projetos que estimulem o desenvolvimento local, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida destes públicos. Por essas iniciativas, foi destaque em 2016 no Guia Exame de Sustentabilidade.

Em 2016, pela primeira vez, 100% dos 73 municípios lindeiros foram alcançados com pelo menos uma das ações socioambientais desenvolvidas, com cerca de 75 mil pessoas diretamente beneficiadas. As ações conduzidas ou patrocinadas pela Companhia estiveram alinhadas às diretrizes de Investimento Social Privado (ISP), com foco em quatro pilares: Vitalidade Comunitária (atividades de lazer e saúde), Promoção Ambiental (educação ambiental), Educação e Cidadania (promoção de voluntariado e apoio à formação de jovens e adultos) e Capacitação e Geração de Renda (Empoderamento e desenvolvimento de condições socioeconômicas em comunidades de baixa renda).

Vitalidade Comunitária - Entre as atividades de lazer e segurança, destacou-se o Circuito Cultural, que percorreu 69 cidades com atrações que atingiram mais de 48 mil espectadores.

Promoção Ambiental - Comemoração ao Dia do Rio Paranapanema, com concurso de redação para alunos do 4º e 5º anos, palestra de educação ambiental e plantio de mudas.

Educação e Cidadania - Projeto Guri: patrocínio a cinco polos que beneficiam cerca de mil alunos, com aulas de canto e musicalização. Inclui apoio a projetos de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de 16 municípios, que beneficiaram cerca de 3,3 mil jovens e de Conselhos Municipais do Idoso de três municípios, que beneficiaram em torno de 400 pessoas, além de doação para prevenção e tratamento de idosos atendidos pelo Hospital de Câncer de Barretos. Nas ações de Voluntariado, foram beneficiadas 9 instituições e 461 pessoas diretamente.

Capacitação e Geração de Renda - Concluída a 2ª edição do Prêmio Duke Energy Energia da Inovação, com três projetos de geração de renda desenvolvidos em parceria com a ONG Alfasol.

CAPITAL NATURAL

Em 2016, foram desenvolvidas atividades relacionadas tanto aos programas vinculados às licenças ambientais quanto aos processos de compensação e preservação. Entre elas, estão: repovoamento anual de peixes dos reservatórios, com 1,5 milhão de alevinos de espécies nativas no Rio Paranapanema e 150 mil alevinos de espécies nativas no Rio Sapucaí; monitoramento de vegetação; levantamento da fauna silvestre e da vegetação em áreas de conservação ambiental; monitoramento arqueológico; acompanhamento de assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios; e monitoramento da qualidade da água do Rio Paranapanema ao longo dos reservatórios sob concessão da Companhia.

Houve continuidade de estudos sobre o levantamento de dados para o diagnóst



★ continuação

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo		2016 Valor (Mil reais)	2015 Valor (Mil reais)	6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2016	Metas 2017	
Receita líquida (RL)		1.333.311	1.216.220	Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		38,09		38,09
Resultado operacional (RO)		645.230	433.410	Número total de acidentes de trabalho				
Folha de pagamento bruta (FPB)		92.363	85.996	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	() direção			
2 - Indicadores Sociais Internos		2016 Valor (Mil reais)	2015 Valor (Mil reais)	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)		
Encargos sociais compulsórios		18.817	18.975	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Empresa:	(X) direção e gerências	() todos(as) + CIPA		
Alimentação		4.701	4.336	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve		
Previdência privada		1.214	798	A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	(X) todos(as) empregados(as)		
Saúde		5.261	4.850	Não disponivel				
Segurança e saúde no trabalho		669	743	A participação dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não se considerados	(X) são sugeridos		
Educação		911	734	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não se envolve	(X) são exigidos		
Cultura		—	—	Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	(X) organiza e incentiva		
Capacitação e desenvolvimento profissional		905	713	Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa NA	no Procon NA		
Creches e/ou auxílio-creche		96	67	% de reclamações e críticas atendidas:	na Empresa NA	no Procon NA		
Participação nos lucros e resultados		3.852	2.454	Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2016: 1.087.200		Não Disponível	
Outros		8.906	7.590	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	37,3% - Governo 7,6% - Colaboradores (as) 38,2% - Acionistas 21,9% - Terceiros -5% - Retido		Não Disponível	
Total - indicadores sociais internos		45.332	41.260					
3 - Indicadores Sociais Externos		2016 Valor (Mil reais)	2015 Valor (Mil reais)					
Educação		719	385					
Cultura		2.883	1.840					
Saúde e saneamento		11	—					
Esporte		484	267					
Combate à fome e segurança alimentar		—	—					
Outros		229	353					
Total das contribuições para a sociedade		4.326	2.845					
Tributos (excluídos encargos sociais)		—	—					
Total - indicadores sociais externos		4.326	2.845					
4 - Indicadores Ambientais		2016 Valor (Mil reais)	2015 Valor (Mil reais)					
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333					
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140					
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473					
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumple de 0% a 50%	() cumple de 51% a 75%	(X) cumple de 76% a 100%	() não possui metas	() direção e gerências	() direção	(X) todos(as) empregados(as)
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2016	2015	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de empregados(as) no final do exercício		329	334	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) incentiva e segue a OIT	(X) incentiva e segue a OIT
Nº de admissões durante o exercício		26	20	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		79	76	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de estagiários(as)		12	8	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		95	97	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de mulheres que trabalham na empresa		68	62	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		18,75%	18,75%	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		36	38	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		4,69%	4,69%	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		10	6	() não se envolve	(X) incentiva e segue a OIT	() direção	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	798.120	416.964	852.563	464.069	Fornecedores	13	343.844	171.961	347.623	175.719
Clientes	7	133.371	164.394	135.892	169.832	Arbitragem	14	—	—	—	15.081
Tributos a recuperar	8	9.999	4.196	11.276	5.147	Salários e encargos sociais	19	10.006	12.513	19.282	12.706
Serviços em curso		13.092	17.995	13.092	17.995	Empréstimos	17	230.228	—	230.228	—
Despesas antecipadas		346	346	346	346	Debêntures	16	285.383	207.974	285.383	207.974
Devedores diversos		1.458	1.505	1.815	1.868	Tributos a recolher	8	175.816	138.061	176.756	138.883
Partes relacionadas	15.1	151	234	151	234	Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	228.692	161.904	228.692	161.904
Outros ativos		115	129	115	129	Obrigações estimadas		7.948	7.376	8.105	7.535
Total do ativo circulante		956.652	605.763	1.015.250	659.620	Cibacap	18	890	—	890	—
Não circulante						Encargos setoriais	22	27.815	36.814	27.822	36.822
Clientes	7	—	366	—	366	Receitas diferidas	22	8.739	102	8.739	102
Tributos a recuperar	8	960	960	2.220	2.128	Outros passivos	252	242	266	234	343
Depósitos judiciais	9	47.612	43.230	47.612	43.230	Total do passivo circulante	1.328.613	736.947	1.333.786	757.069	
Fundos vinculados		123	51	123	51	Não circulante					
Despesas antecipadas		3.075	3.337	3.075	3.337	Empréstimos	17	—	199.125	—	199.125
Investimentos		215.242	186.974	26	26	Debêntures	16	1.012.140	1.051.684	1.012.140	1.051.684
Controladas	10	215.216	186.948	—	—	Receitas diferidas		4.544	27.437	5.303	27.813
Outros		26	26	26	26	Obrigações especiais	21	1.758	2.658	1.758	2.658
Imobilizado	11	3.129.346	3.290.790	3.290.784	3.443.199	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	32.701	26.467	33.081	26.700
Intangível	12	28.801	30.386	29.033	30.631	Cibacap	18	9.936	10.135	9.936	10.135
Total do ativo não circulante		3.425.159	3.556.094	3.372.873	3.522.968	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	191.797	272.561	191.797	272.561
						Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	13.960	9.802	13.960	9.802
			</								



continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora 2016	Consolidado 2016	Controladora 2015	Consolidado 2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	361.040	182.647	361.040	182.647
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	215.650	216.508	224.978	214.300
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	7.408	3.978	7.417	3.979
(Ganho)/perda pela não recuperabilidade de ativos	—	—	(17.826)	25.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(86.877)	(99.332)	(86.877)	(99.332)
Constituição/(reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	2.592	(220)	2.520	(156)
Juros sobre empréstimo CCB	31.103	18.125	31.103	18.125
Juros sobre debêntures	125.860	126.225	125.860	126.225
Variação monetária sobre debêntures	38.050	55.541	38.050	55.541
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	4.884	7.136	5.129	7.236
Variação monetária sobre provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	2.535	2.868	2.658	2.997
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(4.923)	(4.116)	(4.927)	(4.108)
Atualização financeira por processo arbitral	—	—	871	1.399
Equivalência patrimonial	(28.268)	13.420	—	—
Pagamento baseado em ações	37	34	37	34
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	28.797	(34.067)	31.786	(35.219)
Devedores diversos	47	48	53	(315)
Partes relacionadas	83	175	83	(7)
Depósitos judiciais	—	(21)	—	(29)
Serviços em curso	(5.909)	(6.826)	(5.909)	(6.826)
Fundos vinculados	(72)	(39)	(72)	(39)
Despesas antecipadas	262	317	262	317
Fornecedores	176.041	95.789	176.062	97.905
Salários e encargos sociais	6.493	(1.152)	6.576	(1.269)
Impostos, taxas e contribuições	199.801	160.808	201.748	162.309
Obrigações estimadas	572	196	570	355
Receita diferida	(14.256)	14.411	(13.873)	14.440
Cibacap	691	917	691	917
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(644)	(3.063)	(861)	(3.076)
Outras variações ativas e passivas	5.913	9.269	5.825	9.481
Caixa gerado pelas operações	1.066.910	759.576	1.092.974	773.233
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(126.161)	(118.045)	(126.161)	(118.045)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(177.332)	(116.085)	(179.579)	(117.685)
Pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota nº 14)	—	—	(15.952)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	763.417	525.446	771.282	537.503
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Investimento em controladas - Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	—	—	—	—
Reserva de capital referente ao reembolso da Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Brasil) para Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Paranapanema) pelo pagamento da arbitragem da controlada	17.119	—	17.119	—
Caixa adquirido pela aquisição - Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	—	—	—	36.826
Recebimento na venda de imobilizado	297	2.920	297	2.920
Adições no ativo imobilizado	(60.740)	(50.694)	(61.268)	(52.472)
Adições no ativo intangível	(486)	(1.293)	(485)	(1.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(43.810)	(240.500)	(44.337)	(205.452)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimo	—	181.000	—	181.000
Valor recebido pela emissão de debêntures	160.000	—	160.000	—
Custo de transação pela emissão de debêntures	(1.559)	—	(1.559)	—
Pagamento de debêntures	(158.325)	—	(158.325)	—
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(338.567)	(190.373)	(338.567)	(190.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(338.451)	(9.373)	(338.451)	(9.373)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	381.156	275.573	388.494	322.678
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	416.964	141.391	464.069	141.391
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	798.120	416.964	852.563	464.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora 2016	Consolidado 2016	Controladora 2015	Consolidado 2015
Receitas				
Vendas de energia	1.463.600	1.369.070	1.495.991	1.395.342
Receitas relativas à construção de ativos próprios	61.171	50.694	61.699	52.472
Constituição/(reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.592)	220	(2.520)	156
1.522.179	1.419.984	1.555.170	1.447.970	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(195.167)	(298.519)	(197.928)	(308.470)
Materiais e serviços de terceiros	(112.475)	(97.015)	(120.083)	(103.134)
Outros custos operacionais	(29.586)	(22.518)	(30.249)	(22.365)
(337.228)	(418.052)	(348.260)	(433.969)	
1.184.951	1.001.932	1.206.910	1.014.001	
Valor adicionado bruto				
Depreciação e amortização	(215.650)	(216.508)	(224.978)	(214.300)
Ganho/(perda) pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	—	—	—	—
Valor adicionado líquido produzido				
Aluguéis	324	277	324	277
Resultado de equivalência patrimonial	28.268	(13.420)	—	—
Receitas financeiras	81.252	36.308	87.208	40.190
109.844	23.165	87.532	40.467	
Valor adicionado recebido em transferência				
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	48.349	46.298	49.517	46.940
Benefícios	11.092	10.008	11.553	10.280
FGTS	5.090	5.805	5.180	5.858
Provisão para gratificação (bônus)	8.531	7.312	8.623	7.355
Participação nos resultados	3.737	2.405	3.852	2.454
Encargos sociais (exceto INSS)	3.491	3.406	3.573	3.457
80.290	75.234	82.298	76.344	
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	380.265	283.528	385.040	286.965
Estaduais	20.196	46.294	20.198	46.294
Municipais	196	172	196	172
400.657	329.994	405.434	333.431	
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	3.651	3.670	3.885	3.781
Juros sobre debêntures	125.889	126.225	125.889	126.225
Juros sobre empréstimos	31.102	18.125	31.102	18.125
Variação monetária sobre debêntures	38.050	55.541	38.050	55.541
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures (vide nota 16.2)	(774)	—	(774)	—
Outras despesas financeiras	39.240	17.153	40.366	18.672
237.158	220.714	238.518	222.344	
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio (vide nota 23.4)	62.893	52.505	62.893	52.505
Dividendos (vide nota 23.4)	351.945	192.582	351.945	192.582
414.838	245.087	414.838	245.087	
Outros				
Lucros retidos	18.052	9.132	18.052	9.132
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(71.850)	(71.572)	(71.850)	(71.572)
53.798	(62.440)	(53.798)	(62.440)	
Valor adicionado distribuído				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras	1.079.145	808.589	1.087.290	814.766

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Reorganização societária



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Passivos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia e sua Controlada classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

ii. Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações vide nota 28.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetivos menos uma provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.2.8. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment*

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua Controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica ("outros ativos") no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.10. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

2.11. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

2.12. Ativos intangíveis

2.12.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção do software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua Controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

2.12.2. Utilização do bem público (UBP)

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

2.13. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua Controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente, como segue:

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	15	45
Edificações, obras civis e benfeitorias	20	43
Máquinas e equipamentos	12	30
Veículos	5	3
Móveis e utensílios	6	14

A Administração da Companhia e sua Controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia e sua Controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

2.13.1. Contratos de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/98 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a ANEEL e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtor independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de maio de 2015, foi publicada a portaria MME nº 156/2015, que autorizou o aumento da garantia física de energia da UHE Capivara, UHE Rosana e UHE Taquaruçu, sob concessão da Companhia.

Em razão dessa autorização, a garantia física de energia total da Companhia passou de 1.085,6 MWm para 1.104,8 MWm.

Após a finalização da modernização da unidade geradora UG-1 da UHE Chavantes, a ANEEL publicou em 29 de julho de 2015, o despacho nº 2.436/2015 que autorizou o acréscimo de 4,1 MWm na garantia física da usina.

Dessa forma a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.104,8 MWm para 1.108,9 MWm.

Em 2016 foram concluídas as modernizações das unidades geradoras UG-2 e UG-3 da UHE Chavantes, que resultaram no aumento escalonado da garantia física conforme estabelecido na Portaria MME nº 53/2013.

Assim, após as finalizações das modernizações da UG-2 e da UG-3, foram publicados respectivamente nas datas de 16 de dezembro de 2016 e 7 de abril de 2016, o Despacho ANEEL nº 3.266/2016 e o Despacho ANEEL nº 848/2016, que autorizaram os acréscimos de 0,5 MWm (UG-2) e 1,1 MWm (UG-3) na garantia física da UHE Chavantes.

Dessa forma, a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.108,9 MWm em 31/12/2015 para 1.110,5 MWm em 31/12/2016, valores estes que incluem a parcela de garantia física pertencente à CBA no Consórcio Canoas.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Inicio da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/99	21/09/29
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,7	22/09/99	21/09/29
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/99	21/09/29
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	337,5	22/09/99	21/09/29
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/99	21/09/29
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/99	21/09/29
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/98	29/07/33
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/98	29/07/33
					2.241,3	1.110,5		

2.13.2. Resoluções autorizativas

Controlada

A ANEEL autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. ("SEBAND").

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a SEBAND assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A..

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a ANEEL autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da SEBAND para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu a transferência pela Rio Paranapanema Participações S.A. do controle societário da Controlada para Companhia, conforme nota 10.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Inicio da Concessão	Vencimento Concessão
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/02	09/10/32
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/02	17/12/32
					32,5	16,2		

2.14. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.Os detalhes das análises de *impairment* da Controladora e Controlada estão evidenciados na nota 11.7.



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua Controladora expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia e Controladora se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e da sua Controladora.

A gestão de risco é realizada pela Companhia e sua Controladora, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia e sua Controladora contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia e sua Controladora.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com máximo de rating disponível no mercado.

Em 2016 as principais agências de ratings de riscos financeiros mantiveram a classificação concedida em 2015 para a qualidade dos ativos financeiros pertencentes à Companhia e sua Controladora.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota 25.1).

4.1.3. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota 16.4).

4.1.4. Análise de sensibilidade

A Companhia e sua Controladora, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidencião, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua Controladora estão expostas na data do encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e no Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/12/16	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	3 ^a	CDI + 1,15% a.a.	(80.303)	(6.544)	(9.355)	(12.165)	(14.975)	(17.786)
	4 ^a S1	CDI + 0,65% a.a.	(177.314)	(13.564)	(19.769)	(25.975)	(32.181)	(38.386)
	4 ^a S2	IPCA + 6,07% a.a.	(328.952)	(30.312)	(35.485)	(40.658)	(45.831)	(51.004)
	5 ^a S1	CDI + 0,89% a.a.	(241.970)	(19.090)	(27.558)	(36.027)	(44.496)	(52.964)
	5 ^a S2	IPCA + 7,01% a.a.	(302.606)	(30.730)	(35.489)	(40.247)	(45.005)	(49.764)
	6 ^a	CDI + 2,00% a.a.	(166.378)	(14.973)	(20.796)	(26.619)	(32.442)	(38.265)
Empréstimo		CDI + 1,40% a.a.	(230.228)	(19.338)	(27.395)	(35.453)	(43.511)	(51.568)
			(1.527.751)	(134.551)	(175.847)	(217.144)	(258.441)	(299.737)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	798.120	55.865	83.797	111.730	139.663	167.595
Total da exposição líquida			(729.631)	(78.686)	(92.050)	(105.414)	(118.778)	(132.142)
			Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
			IPCA	3,15%	4,72%	6,29%	7,86%	9,44%
			CDI	7,00%	10,50%	14,00%	17,50%	21,00%
Dívida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/12/16	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	3 ^a	CDI + 1,15% a.a.	(80.303)	(6.544)	(9.355)	(12.165)	(14.975)	(17.786)
	4 ^a S1	CDI + 0,65% a.a.	(177.314)	(13.564)	(19.769)	(25.975)	(32.181)	(38.386)
	4 ^a S2	IPCA + 6,07% a.a.	(328.952)	(30.312)	(35.485)	(40.658)	(45.831)	(51.004)
	5 ^a S1	CDI + 0,89% a.a.	(241.970)	(19.090)	(27.558)	(36.027)	(44.496)	(52.964)
	5 ^a S2	IPCA + 7,01% a.a.	(302.606)	(30.730)	(35.489)	(40.247)	(45.005)	(49.764)
Empréstimo		CDI + 2,00% a.a.	(166.378)	(14.973)	(20.796)	(26.619)	(32.442)	(38.265)
		CDI + 1,40% a.a.	(230.228)	(19.338)	(27.395)	(35.453)	(43.511)	(51.568)
			(1.527.751)	(134.551)	(175.847)	(217.144)	(258.441)	(299.737)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	852.563	59.676	89.514	119.352	149.190	179.028
Total da exposição líquida			(675.188)	(74.875)	(86.333)	(97.792)	(109.251)	(120.709)
			Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
			IPCA	3,15%	4,72%	6,29%	7,86%	9,44%
			CDI	7,00%	10,50%	14,00%	17,50%	21,00%

4.2. Gestão de capital

			Controladora	Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos (vide nota nº 17)			230.228	199.125
Debêntures (vide nota nº 16)			1.297.523	1.259.658
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota nº 6)			(798.120)	(416.964)
Divida líquida	729.631	1.041.819	675.188	994.714
Patrimônio líquido	1.771.988	1.813.883	1.771.988	1.813.883
Total do capital	2.501.619	2.855.702	2.447.176	2.808.597
Índice de alavancagem financeira (%)*	29,2	36,5	27,6	35,4

*Divida líquida/total do capital.

Os objetivos da Companhia e da sua Controladora ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de especificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua Controladora é o preço de concorrência atual.

4.4. Outros riscos

4.4.1. Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) foi atendido em 2016 por cerca de 75% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efeito risco às empresas que possuem usinas hidrelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

4.4.2. Risco de regulação

As atividades da empresa, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua Controladora.

4.4.3. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia e sua Controladora estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia e sua Controladora operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia e de sua Controladora.

A Companhia e sua Controladora utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. DÉPÓSITOS JUDICIAIS

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ambiental		5.875	5.404	5.875	5.404
Fiscal:		10.058	9.214	10.058	9.214
IPTU (Município de Primeiro de Maio)		1.471	1.356	1.471	1.356
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL		129	119	129	119
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF		8.458	7.739	8.458	7.739
Tusd-g		31.679	28.612	31.679	28.612
		47.612	43.230	47.612	43.230

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as contingências passivas prováveis e todos são atualizados monetariamente (vide nota 20).

i. **Ambiental** - Depósitos judiciais efetuados pela Companhia nos autos de ações anulatórias movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), referentes a multas administrativas.

ii. **Fiscal:**
a. **IPTU (Município de Primeiro de Maio)** - A Companhia ajuizou ação anulatória de débitos fiscais em face do Município de Primeiro de Maio, débitos estes relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem à parte do reservatório da bacia de Capivara. Os depósitos judiciais ocorreram em 2000 e 2010.

b. **Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL** - Depósitos judiciais referentes a mandado de segurança ajuizado com o objetivo de obter concessão de segurança para fins de ser reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRR), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada.

c. **Débitos em disputa referente à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF** - Depósito judicial efetuado em mandado de segurança para fins de garantia do juízo e suspensão da exigibilidade do débito fiscal relativo à multa de mora. A Companhia, apoiada em parecer de assessores legais, entende que a multa de mora não é devida a partir de denúncia espontânea, conforme previsto no artigo 138 do Código Tributário Nacional e, assim, nenhum passivo foi contabilizado em relação a essa discussão.

d. **Execução Fiscal - Município de Diamante do Norte** - Depósito judicial realizado a fim de possibilitar a oposição de embargos de devedor nos autos de execução fiscal por meio da qual se exige crédito tributário supostamente devido a título de "Alvará de Localização/Funcionamento e Vigilância Sanitária" relativo ao reservatório de Rosana. O entendimento da Companhia, embasado por parecer de seus assessores legais, é de que o Município de Diamante do Norte é incompetente para a cobrança do tributo objeto da execução fiscal, uma vez que o reservatório de Rosana se localiza no Município de Rosana/SP.

iii. **Tusd-g** - Depósitos judiciais para fins de obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o Passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota 13 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusd-g.

10. INVESTIMENTO

Em 22 de abril de 2015, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.182/2015, por meio da qual a ANEEL aprovou a transferência do controle societário direto da atual Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda, anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (então DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.) para a Rio Paranapanema Energia S.A. anteriormente denominada Duke Energy International - Geração Paranapanema S.A., a qual foi concluída em 06 de maio de 2015.

A partir dessa data, a Controladora passou a reconhecer os resultados apurados na Controladora por meio de equivalência patrimonial, e os saldos iniciais em 6 de maio de 2015, eram:

	Controlada
--	------------

Saldo em 06 de maio de 2015

Patrimônio líquido na data de aquisição 200.368

Ativo total 217.061

Receita líquida 14.223

A contraprestação para a aquisição do controle acionário foi de R\$ 191.433 e o pagamento desse valor ocorreu na mesma data da conclusão do processo de transferência do controle societário. A diferença apurada entre a contraprestação paga e o valor patrimonial da Controladora na data da aquisição, no montante de R\$ 5.897 (vide nota 23.2), líquido dos efeitos tributários, foi registrada como uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Controladora, uma vez que se trata de uma operação entre entidades sob controle comum.

a) **Controlada**

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	2016	2015	Controlada
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	398.617.358	99,99%	215.216	186.948	

b) **Movimentação dos investimentos da Controladora**

	Controlada
--	------------

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Equivalência patrimonial 186.948

Saldo em 31 de dezembro de 2016

28.268

c) Informações financeiras da Controladora

	Controlada
	2016 2015

Patrimônio líquido 215.216 186.948

Lucro/(prejuízo) líquido do exercício 28.268 (13.420)

Ativo total 221.527 207.679

Receita líquida do exercício 31.144 25.237

	Controlada
	2016 2015

11. IMOBILIZADO

a) **Composição**

	Controladora
	2016 2015

Controladora

Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação

Em serviço

Terrenos 213.865 – 213.865 210.982

Reservatórios, barragens e adutoras 3.407.903 (1.216.930) 2.190.973 2.343.008 4,5%

Edificações, obras civis e benfeitorias 454.590 (171.006) 283.584 298.269 3,3%

Máquinas e equipamentos 877.124 (340.898) 536.226 542.125 5,1%

Veículos 7.974 (2.710) 5.264 4.238 11,8%

Móveis e utensílios 1.850 (1.476) 374 465 3,9%

(-) Reserva usinas Canoas I e II (200.675) – (200.675) (200.675)

4.762.631 (1.733.020) 3.029.611 3.198.412

Em curso

Terrenos 1.046 – 1.046 4.248

Reservatórios, barragens e adutoras 3.067 – 3.067 2.124

Edificações, obras civis e benfeitorias 214 – 214 207

Máquinas e equipamentos 95.310 – 95.310 83.149

Veículos 98 – 98 1.104

Móveis e utensílios 99.735 – 99.735 92.378

4.862.366 (1.733.020) 3.129.346 3.290.790

(1.379) 344 (1.035) (1.515)

4.860.987 (1.732.676) 3.128.311 3.289.275

12. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de dezembro de 2016 é constituído por direitos de uso de software, servidão de passagem e por UBP (Utilização do Bem Público).

a) **Composição**

	Controladora
	2016 2015

Controladora

Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de amortização

Em serviço

UBP 53.494 (29.438) 24.056 25.907 3,5%

Software 25.555 (21.624) 3.931 3.646 4,8%

Servidão de passagem 75 – 75 75 75

79.124 (51.062) 28.062 29.628

Em curso

Software 739 – 739 758

79.863 (51.062) 28.801 30.386

(2.207) 1.484 (723) (1.143)

77.656 (49.578) 28.078 29.243

13. FORNECEDORES

||
||
||



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela Controlada, da quantia de R\$ 12.503 (data-base dezembro de 2014), com incidência da 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952.

De acordo com o contrato de compra e venda de quotas da Controlada, firmado entre a Companhia e a Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), esta comprometeu-se a manter aquela totalmente indene com relação a todos e quaisquer valores adicionais decorrentes da Arbitragem, motivo pelo qual o valor estabelecido pela sentença arbitral foi pago pela Rio Paranapanema Participações S.A. à Controladora.

Os valores pagos foram registrados como reserva de capital, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$ 10.529. A Controlada procedeu o pagamento dessa sentença em 12 de fevereiro de 2016.

Durante o segundo trimestre de 2016 foram feitos pagamentos complementares ao processo da arbitragem, registrados como reserva de capital no montante de R\$ 770, líquido dos efeitos tributários.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a empresa coligada Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.). O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 151 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2015).

Na medida em que clientes da Companhia e sua Controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 171.787 e R\$ 1.823 respectivamente (R\$ 189.394 e R\$ 1.687 respectivamente em 31 de dezembro de 2015). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

15.2. Contrato de desenvolvimento de projetos

Em 21 de dezembro de 2012, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 334/2008 revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016 políticas internas da Companhia foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Projetos ("Contrato"), pelo prazo de 4 (quatro) anos, tendo como contraparte empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, Duke Brasil (atualmente denominada Rio Paranapanema Participações S.A. ou "Paranapanema Participações"), acionista Controladora da Companhia, que tem por objeto social a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações.

Trata-se da iniciativa da Companhia e da Paranapanema Participações de disciplinarem a forma de desenvolvimento e aquisição de projetos no setor elétrico, sendo que a Paranapanema Participações assumiria todos os custos para estudos de novos projetos, bem como os riscos associados ao desenvolvimento propriamente dito, até a obtenção da fase de operação comercial, bem como obteria todas as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento, construção e/ou operação de cada projeto e a Companhia forneceria suporte técnico, operacional e pessoal para a Paranapanema Participações, nos termos do Contrato.

Em dezembro de 2013, foi instituído o Comitê Independente para estudo de potencial aquisição do projeto desenvolvido pela empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. (atualmente denominada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. - ("Sapucaí-Mirim" ou "Projeto")), o qual já atingiu a Fase de Operação Comercial, nos termos do Contrato e da legislação em vigor.

O objetivo do Comitê Independente foi assegurar que as transações com Partes Relacionadas, realizadas no âmbito do Contrato, estejam sempre em cumprimento estrito das condições em bases comutativas, negociadas independentemente por meio de um processo transparente e seguro. Tal órgão foi formado por 03 (três) membros, sendo 01 (um) membro nomeado pelos representantes dos acionistas minoritários da Companhia, 01 (um) pela Paranapanema Participações, e o terceiro mediante acordo mútuo dos 02 (dois) primeiros membros.

Em setembro de 2014, após análise pelo Comitê Independente da transação, foi emitida a seguinte recomendação à Assembleia Geral de Acionistas, que seria responsável por analisar a aquisição da Sapucaí-Mirim pela Companhia: "(a) o encaminhamento do report de Due Diligence sobre a Sapucaí-Mirim para análise do Conselho de Administração, uma vez que, em seu entendimento, ele abordou de forma adequada a situação técnica, fiscal, contábil, ambiental, regulatória e legal do Projeto; (b) o encaminhamento, ao Conselho de Administração, da minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, a ser firmado entre Paranapanema Participações e a Companhia com a interveniência da Sapucaí-Mirim, para aprovação dos órgãos sociais da Companhia competentes para prosseguimento da Transação; (c) a adoção do Preço de Transferência, e correspondente Preço de Aquisição, de R\$ 181 milhões somado ao caixa adquirido de R\$ 10,4 milhões, totalizando R\$ 191,4 milhões (conforme nota 10), para compra e venda da totalidade da participação da Paranapanema Participações no Projeto, sendo que o Preço de Aquisição estará sujeito a ajuste, para mais ou para menos, em decorrência de qualquer eventual variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade verificada entre (i) 30 de junho de 2014; e (ii) a Data de Fechamento, conforme vier a constar das Demonstrações Financeiras do Fechamento; e (d) o estabelecimento do prazo de até 6 (seis) meses contados da data de assinatura do contrato para a obtenção da competente autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a transferência da participação societária".

Durante a Assembleia Geral de Acionistas, realizada no dia 02 de outubro de 2014, foi aprovado o exercício da opção de compra do Projeto pela Companhia, nos termos da Cláusula VII, item 7.1 do Contrato de Desenvolvimento de Projetos assinado entre a Companhia e a Paranapanema Participações em 21 de dezembro de 2012, condicionada à prévia anuência da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 484/2012, a qual foi obtida por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, de 22 de abril de 2015.

Em 06 de maio de 2015, a Companhia adquiriu 99,99% de participação societária na Controlada, com base nos acordos contratuais firmados entre Paranapanema Participações e a Companhia, acima explicado, passando a Sapucaí-Mirim a ser subsidiária da Companhia.

Em 21 de dezembro de 2016 o contrato terminou sua vigência e não foi renovado.

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 28 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 11.900 para 2016, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 1.700 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 9.000 para a Diretoria; e (c) R\$ 1.200 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Controladora e consolidado	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores		8.793	8.581		
Benefícios pós-emprego		308	270		
Conselho fiscal		996	949		
Pagamento baseado em ações (vide nota 23.5)		10.097	9.800		
		37	34		
		10.134	9.834		

Alguns administradores da Companhia eram elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (Long Term Incentive Program - LTI), estabelecido e composto por ações da sua Controladora indireta. No ano de 2016, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano de pagamento baseado em ações da antiga Controladora o montante de R\$ 37 (R\$ 34 no ano de 2015). A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

16. DEBÉNTURES

16.1. Composição e vencimento das debêntures

a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				2016			2015		
				Circulante		Não Circulante	Circulante		Não Circulante
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/17	75.000	5.303	80.303	—	—	—
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/18	83.325	10.717	94.042	83.350	(78)	83.272
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07% a.a.	16/07/23	—	8.739	8.739	250.000	70.213	320.213
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/19	79.659	3.536	83.195	159.341	(567)	158.774
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/21	—	12.195	12.195	240.000	50.410	290.410
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/18	—	6.909	6.909	160.000	(529)	159.471
				237.984	47.399	285.383	892.691	119.449	1.012.140

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				2015			2014		
				Circulante		Não Circulante	Circulante		Não Circulante
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/17	75.000	10.386	85.386	75.000	—	75.000
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/18	83.325	16.279	99.604	166.675	(234)	166.441
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07% a.a.	16/07/23	—	8.195	8.195	250.000	50.348	300.348
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/19	—	3.377	3.377	239.000	(967)	238.033
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/21	—	11.412	11.412	240.000	31.862	271.862
				158.325	49.649	207.974	970.675	81.009	1.051.684

b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	321.638	176.279	96.763	203.572	106.559	107.329	1.0



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

II - Hipóteses demográficas

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Tábuas de Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	AT-1949	AT-1949
Tábuas de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábuas de Rotatividade	Experiência Fundação CESP 2012	Experiência Fundação CESP 2012
Idade de Aposentadoria	Idade com direito a todos os benefícios integrais	Idade com direito a todos os benefícios integrais
% de participantes ativos casados	95%	95%
Diferença de idade entre participante	Esposas são 4 anos mais jovens do que os maridos	Esposas são 4 anos mais jovens do que os maridos

19.1. Fundação CESP III

A Companhia é copatrocinadora da Fundação CESP, entidade jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade proporcionar benefícios de suplementação de aposentadoria e pensões, utilizando o regime financeiro de capitalização, de acordo com o qual o valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições e rendimentos, determina as necessidades de reservas.

O contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Salgado (BSPS), possui originalmente, vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois aplica-se o maior, sendo este incorporado mensalmente ao valor do principal.

De acordo com a cláusula 10º, após a publicação anual do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios (DRAA), relativo ao exercício anterior, será comparado ao saldo da dívida. Sempre que o saldo remanesciente for maior que o valor apontado no DRAA como passivo a descoberto do plano, as prestações estipuladas na cláusula 8º do presente instrumento serão reduzidas na mesma proporção. Caso da comparação retro referida resulte, ao contrário, em um valor menor do que o apontado no DRAA, as prestações estipuladas na cláusula 8º serão revistas de modo a manter na íntegra a obrigação prevista neste contrato, observada os termos da cláusula 9º, parágrafo único. Em virtude da apresentação de superávit, o saldo foi reduzido a zero em janeiro de 2007, superávit este verificado até 31 de dezembro de 2016.

Referido contrato é considerado, na sua essência, uma garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

19.2. Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1))

A Companhia designou a empresa Willis Towers Watson Consultoria Ltda., para conduzir a avaliação atuarial de seus benefícios pós-emprego visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados), obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012.

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados como redução do saldo, referem-se somente aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas e fiscais, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide nota 9).

20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

20.1.1. Composição

	Controladora			
	2016		2015	
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	12.316	(2.745)	9.571	8.883
Fiscais	17.641	(750)	16.891	12.428
Ambientais	6.239	—	6.239	5.156
	36.196	(3.495)	32.701	26.467

	Consolidado			
	2016		2015	
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	12.722	(2.771)	9.951	9.116
Fiscais	17.641	(750)	16.891	12.428
Ambientais	6.239	—	6.239	5.156
	36.602	(3.521)	33.081	26.700

20.1.2. Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
	8.883	12.428	5.156	26.467
Saldo em 31 de dezembro de 2015				
Contingências				
Provisões do exercício	1.594	4.037	591	6.222
Reversões do exercício	(1.336)	—	(2) (1.338)	
Atualizações de contingências	1.292	469	774	2.535
Acordos/pagamentos do exercício	(422)	—	(3.480) (3.902)	
Depósitos judiciais	1.128	4.506	(2.117)	3.517
Atualizações monetárias (Adições)	(270)	(43)	(228) (541)	
Baixas	(213)	—	— (213)	
	43	—	3.428 3.471	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.571	16.891	6.239	32.701

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Contingências

Provisões do exercício

Reversões do exercício

Atualizações de contingências

Acordos/pagamentos do exercício

Depósitos judiciais

Atualizações monetárias

(Adições)

Baixas

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Contingências

Provisões do exercício

Reversões do exercício

Atualizações de contingências

Acordos/pagamentos do exercício

Depósitos judiciais

Atualizações monetárias

(Adições)

Baixas

Saldo em 31 de dezembro de 2016

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências trabalhistas líquidas somam R\$ 9.571 na Controladora e R\$ 9.951 no Consolidado (R\$ 9.116 em 31 de dezembro de 2015), referente a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de sentença desfavorável no período, bem como em função de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que modificou o critério para atualização de débitos trabalhistas. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e mediante celebração de acordos judiciais.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2016, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolou o processo administrativo nº 19515.003540/2005-96 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000, atualizado para 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 2.830 (R\$ 2.719 em 31 de dezembro de 2015);

ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou resarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizaram R\$ 12.233 (R\$ 7.915 em 31 de dezembro de 2015);

iii. Processo administrativo nº 16349.720107/2011-38, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou resarcimento de créditos de COFINS do ano de 2001. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizaram R\$ 440 (R\$ 557 em 31 de dezembro de 2015);

iv. Processo administrativo nº 16349.720176/2012-22, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou resarcimento de créditos de PIS e de COFINS. Foi apresentado recurso administrativo em razão de os valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 1.389 (R\$ 1.237 em 31 de dezembro de 2015).

c) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2016, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio no montante atualizado de R\$ 3.199 (R\$ 2.990 em 31 de dezembro de 2015);

ii. Ação anulatória de auto de infração movida em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no montante atualizado de R\$ 976;

iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras no montante de R\$ 47 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2015).

20.2. Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 6.817 (R\$ 8.848 em 31 de dezembro de 2015) na Controladora e R\$ 8.064 no Consolidado.

A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de reavaliações de determinadas ações judiciais feitas por assessores jurídicos da Companhia que resultaram na constituição de provisão, conforme descrito na nota 20.1a.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2016, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.02535-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 13



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

c) Valor por ação dos dividendos, JSCP

Deliberação	Provento	Montante	Valor por ação - R\$
		PN	ON
AGE de 27/12/2016	Juros sobre capital próprio	62.893	0,666000
AGE de 26/10/2016	Dividendos intermediários	178.235	1,887422
AGO de 28/04/2016	Dividendos propostos	115.999	1,150727
AGE de 28/12/2015	Juros sobre capital próprio	52.505	0,556000
AGE de 30/10/2015	Dividendos intermediários	76.583	0,888604
AGO de 27/04/2015	Dividendos propostos	60.410	0,639706
De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976.			
O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976.			
Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.			
Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.			
Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:			
i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;			
ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;			
iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.			
Os dividendos intermediários foram aprovados em AGE realizada em 26 de outubro de 2016, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 178.235, debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações preferenciais ou ordinárias à razão de R\$ 1,887422 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii), do artigo 5º e no artigo 28, do Estatuto Social da Companhia e pago em 17 de novembro de 2016 e, portanto, sem incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data da declaração, na AGE, e o efetivo crédito aos acionistas, considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na AGO de 2017 da Companhia, conforme previsão estatutária e legal.			

23.5. Pagamento baseado em ações

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária ou seus empregados. No entanto, em 2016 alguns administradores e gestores da Companhia foram elegíveis ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Plan - LTIP*), o qual foi estabelecido pela antiga Controladora e condicionado ao alcance de metas corporativas globais e/ou permanência do empregado, como parte da sua estratégia de retenção de longo prazo de profissionais e criação de valor para o negócio de forma sustentável.

O programa concedeu ao empregado a oportunidade de receber uma remuneração baseada nas ações e pagas pela antiga Controladora, sem ônus para a Companhia. A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

O referido programa foi outorgado aos empregados que sejam elegíveis. O programa outorga uma determinada quantidade de ações ou "performance shares" (o empregado recebe um determinado número de ações da antiga Controladora e ainda seu dividendo equivalente), sendo que a quantidade de tais ações pode variar conforme performance de certas metas pre establecidas bem como "restricted stock units (RSU)" (direito outorgado ao executivo de receber ações da Duke Energy Corporation cumprido o período de três anos). O quadro a seguir apresenta o número de ações emitidas pela Controladora e suas respectivas movimentações:

	Em quantidade de ações
Saldo em 31 de dezembro de 2015	282
Exercidas	(260)
Canceladas	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	–

No exercício de 2016, a antiga Controladora remunerou os empregados elegíveis em R\$ 37 (R\$ 34 no exercício de 2015) referente ao pagamento baseado em ações que a Companhia reconheceu como despesa em seu resultado em contrapartida de reservas de capital, em consonância com o CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações (vide nota 15.3); de tal forma, que todas as ações foram exercidas e canceladas.

23.6. Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado		
	Custo atribuído	Plano de pensão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	732.143	–	732.143
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(104.480)	–	(104.480)
Depreciação	(4.384)	–	(4.384)
Baixa	37.014	–	37.014
IRPJ/CSLL diferidos	(71.850)	–	(71.850)
Resultado abrangente	–	859	859
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	–	(292)	(292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	–	567	567
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	–	(567)	(567)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.293	–	660.293

As informações referentes ao custo atribuído estão detalhadas na nota 11.1

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	1.315.113	1.302.467	1.347.057	1.326.314
Contratos bilaterais	72.103	–	72.103	–
Contratos de leilões	2.749	28.181	2.897	30.591
Mercado de curto prazo (MCP)	73.635	38.422	73.934	38.437
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.463.600	1.369.070	1.495.991	1.395.342
Outras receitas	325	276	325	276
Deduções à receita operacional	1.463.925	1.369.346	1.496.316	1.395.618
PIS e COFINS	(129.790)	(120.911)	(131.037)	(121.945)
ICMS	(20.028)	(46.105)	(20.028)	(46.105)
P&D	(11.940)	(11.348)	(11.940)	(11.348)
Receita operacional líquida	1.302.167	1.190.982	1.333.311	1.216.220

25. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

	Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
Contratos bilaterais	7.715.365	7.135.113	7.938.583	7.302.467
Contratos de leilões	484.954	72.103	484.954	72.103
Mercado de curto prazo (MCP)	(20.871)	2.749	143.478	28.181
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	6.061.265	73.635	3.495.073	38.422
Contratos bilaterais de venda de energia	14.240.713	1.463.600	11.577.134	1.369.070
Contratos bilaterais de compra de energia	–	–	–	–
Energia livre para contratação	–	–	95	116
Percentual de energia contratada	90,8%	88,6%	100%	75,0%

25.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
Contratos bilaterais	–	–	24.480	4.725
Mercado de curto prazo (MCP)	475.957			



★continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 21.3.2017, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e auditoria independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, às Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), ao Relatório Anual da Administração e à Proposta para Distribuição do Resultado, determinando o encaminhamento do presente parecer à assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito.

São Paulo, 21 de março de 2017

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro

François Moreau

Marcelo Curti

Ary Waddington

Edmundo Falcão Koblitz

Murici dos Santos

Conselheiros Efetivos

Conselheiros Suplentes

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) manifestaram sua inteira concordância, por unanimidade, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em abril de 2017.

São Paulo, 16 de março de 2017

Yinsheng Li

Yujun Liu

Eliseu Nogueira de Andrade

Evandro Leite Vasconcelos

Presidente

Membros Efetivos

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, Edifício Torre Norte, 30º andar, Bairro Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 16 de março de 2017

Yinsheng Li

Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho

Diretor Executivo Financeiro, de Controles Internos e Informática
e Diretor Executivo de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa

Diretor de Operações e Meio Ambiente

João Luis Campos da Rocha Calisto

Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios
e Planejamento Energético

Plautius Soares André Filho

Diretor Executivo Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO FISCAL

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Yinsheng Li

Presidente

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro

Presidente

Yinsheng Li

Diretor Executivo Presidente

Yujun Liu

Membro Efetivo

François Moreau

Conselheiro Efetivo

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Executivo Financeiro, de Controles Internos e Informática

Evandro Leite Vasconcelos

Membro Efetivo

Marcelo Curti

Conselheiro Efetivo

e Diretor Executivo de Relações com Investidores
Carlos Alberto Dias Costa

Eliseu Nogueira de Andrade

Membro Efetivo

Edmundo Falcão Koblitz

Conselheiro Suplente

Diretor Executivo de Operações e Meio Ambiente

Narciso Meschiatti Filho

Membro Suplente

Ary Waddington

Conselheiro Suplente

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Murici dos Santos

Murici dos Santos

Conselheiro Suplente

Plautius Soares André Filho

Diretor Executivo Comercial

Antonio Patrício Franco Martins

Gerente Geral de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho

Contador - 1SP-101290/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Rio Paranapanema Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.13 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados - *Impairment*

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ônus por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), possa não mais existir, ter diminuído significativamente ou aumentado. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

O teste de *impairment* é um assunto significativo no contexto de nossa auditoria, dada a relevância do saldo do ativo imobilizado da Companhia e de sua controlada, bem como do saldo de provisão para redução ao valor recuperável registrado em anos anteriores referente aos ativos da Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.), conforme descrito na nota explicativa 11. O processo de avaliação realizado pela Administração é complexo e exige alto nível de julgamento baseado em premissas, dentre as quais destacamos especificamente (i) taxa de desconto, (ii) preço de venda de energia e (iii) *Generation Scaling Factor - GSF*, que são afetadas por expectativas de mercado, situação econômica do país e hidrologia para todo o Sistema Interligado Nacional.

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, a discussão com os especialistas da Companhia para obter o entendimento sobre o processo de análise efetuado e seleção e validação das premissas utilizadas, a utilização de nossos especialistas em *valuation* para auxiliar na avaliação das premissas mencionadas anteriormente, assim como na análise sobre a adequação das metodologias utilizadas pela Controlada, e testes sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados pela Administração. Adicionalmente, concentrarmos esforços na revisão da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis para o teste de *impairment*, conforme nota explicativa nº 11.7, ou seja, aqueles que têm o efeito mais significativo na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa.

Outros assuntos

Demoração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da administração e o balanço social, obtidos antes da data deste relatório, e também o relatório de sustentabilidade, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, o balanço social e o relatório de sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler essas outras informações, ao fazê-lo, considerar se esse está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data desse relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distor